



VALOR CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA.

Administradora Judicial

CLEVERSON MARCEL COLOMBO

Sócio

✉ contato@valorconsultores.com.br

30º RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES

MAIO DE 2022

AUTO POSTO CHICAGO LTDA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL N. 0024050-57.2019.8.16.0017

6ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE MARINGÁ/PR

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do T.JPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: P-J83L BK3EY 93J87 WXU9R





SUMÁRIO

1 GLOSSÁRIO	3
2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS	3
3 INFORMAÇÕES PRELIMINARES	4
3.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA E RAZÕES DA CRISE	4
4 CRONOGRAMA PROCESSUAL.....	4
5 ATIVIDADES REALIZADAS PELA AJ.....	8
6 INFORMAÇÕES OPERACIONAIS	9
6.1. RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS.....	10
7 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS	10





1 GLOSSÁRIO

AGC	Assembleia Geral de Credores
AJ	Administradora Judicial
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
LRE	Lei 11.101 de 9 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária
PL	Patrimônio Líquido
PRJ	Plano de Recuperação Judicial
Recuperanda	Auto Posto Chicago
RJ	Recuperação Judicial
RMA	Relatório Mensal de Atividades

2 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O administrador judicial é órgão auxiliar da justiça e de confiança do juiz, que ao assumir as suas funções, compromete-se a bem e fielmente desempenhar o cargo, com as responsabilidades a ele inerentes. O principal dever do administrador judicial na Recuperação Judicial consiste em fiscalizar as atividades do devedor e o cumprimento do plano, com a apresentação ao juiz, para juntada aos autos, de relatório mensal das atividades (RMA) do devedor.

O RMA reúne e sintetiza informações processuais, operacionais e financeiras da empresa, com o objetivo de trazer ao juiz, aos credores e aos demais interessados um relato transparente e objetivo dos principais fatos ocorridos no período analisado.

As informações apresentadas no RMA são baseadas em informações contábeis, financeiras e operacionais apresentadas pelas Recuperandas, sob as penas do art. 171 da LRE, as quais não foram objeto de exame independente ou de procedimento de auditoria, de forma que a AJ não pode garantir ou afirmar a correção, a precisão ou que as informações prestadas pelas Recuperandas estejam completas e apresentem todos os dados relevantes. Contudo, considerando o acompanhamento mensal de suas atividades, pode-se afirmar que estão dentro dos parâmetros do que vem sendo observado pela AJ em vistorias às instalações da empresa.

O período objeto de análise processual e operacional corresponde ao mês de maio de 2022.

Os principais documentos e informações completas e atualizadas acerca da recuperação judicial podem ser consultados no endereço eletrônico da AJ em: <http://www.valorconsultores.com.br/processo/70/auto-posto-chicago-ltda>.





3 INFORMAÇÕES PRELIMINARES

3.1 HISTÓRICO DA RECUPERANDA E RAZÕES DA CRISE

A Recuperanda foi constituída em 01/09/2006, sendo uma tradicional empresa do ramo de comércio varejista de combustíveis, óleos lubrificantes, derivados de petróleo, peças e acessórios para veículos automotores.

O Posto Chicago se consolidou durante anos no mesmo local – em frente ao Tiro de Guerra em Maringá/PR – sendo a principal referência da região, revendendo o volume expressivo aos consumidores de 4.177.442,73 litros (etanol, diesel e gasolina) no ano de 2016, representando aproximadamente 50% das vendas naquela região.

Todavia, nos últimos tempos, instaurou-se na Recuperanda um crise econômico-financeira, com um acentuado desequilíbrio financeiro, causado principalmente pela: (i) queda nas vendas de combustíveis; (ii) inadimplência de seus clientes, e (iii) aumento dos preços por sua fornecedora Ipiranga, inclusive com exigência de controle de preços, o que vem comprometendo o pagamento de seus fornecedores e contratados.

Elucida que a crise financeira que vem enfrentando se deve também ao fato de as grandes distribuidoras formarem um cartel no setor de combustíveis, prejudicando as atividades dos postos revendedores, pois, são obrigados a aderirem aos preços diferenciados impostos por estas empresas e, quando pretendem negar a cartelização mantida por eles, são penalizados com altos preços dos produtos.

Por fim, a Recuperanda aduz que após negar a cartelização formada pelas grandes distribuidoras, passou a ter que adquirir produtos com a distribuidora Ipiranga, sendo que os preços são superiores aos demais postos da região de Maringá/PR, e que a Ipiranga busca forçar o despejo do imóvel locado em que está situada.

4 CRONOGRAMA PROCESSUAL

SEQ.	DATA	EVENTO
1	26/09/2019	Pedido de recuperação judicial
23	08/11/2019	Deferimento do processamento
33	13/11/2019	Aceitação da nomeação de AJ
42	13/12/2019	1º RMA
45	19/12/2019	Petição da empresa Imavem Imóveis Ltda, locadora do imóvel onde está localizado o posto
47	14/01/2020	Embargos de Declaração opostos pelo Banco Bradesco S.A.





60	29/01/2020	2º RMA
65	06/02/2020	Interposição de Agravo de Instrumento de nº 0004249-75.2020.8.16.0000 pela Imavem Imóveis Ltda. contra decisão de seq. 23
67	10/02/2020	Manifestação da AJ opinando pela impossibilidade de retirada da Recuperanda da posse do imóvel em que exerce suas atividades
73	28/02/2020	Apresentação do PRJ
74	29/02/2020	3º RMA
77	03/03/2020	Petição da AJ informando a publicação do edital do art. 52, § 1º ("edital do devedor") em jornal local
79	10/03/2020	Comprovante de envio das correspondências do art. 22, I, "a" da LRE
83.2	19/03/2020	Publicação do edital do art. 52, §1º da LRE ("edital do devedor")
86	28/03/2020	4º RMA
90	01/04/2020	Manifestação da AJ informando que a Recuperanda encaminhou suas informações contábeis para que seja reportada sua análise financeira no RMA
97	06/04/2020	Manifestação da Recuperanda concordando com os valores e forma de pagamento da remuneração da AJ
104	29/04/2020	5º RMA
106	08/05/2020	Parecer do Ministério Público acerca do pedido de reconsideração da decisão que deferiu a manutenção do contrato de locação do imóvel onde está instalada a Recuperanda
109	08/05/2020	Decisão de não reconsideração da decisão que deferiu a manutenção do contrato de locação do imóvel onde está instalada a Recuperanda, haja vista que a matéria é objeto de Recurso de Agravo de instrumento e será deliberada em segundo grau de jurisdição
	11/05/2020	Fim do prazo de suspensão das ações e execuções contra o devedor (art. 6º, §4º, da LRE - stay period)
114	27/05/2020	Apresentação da relação de credores da AJ (art. 7º, §2º, da LRE)
115	27/05/2020	6º RMA
122	29/06/2020	7º RMA
124	22/07/2020	Expedição do edital do art. 7º, §2º, da LRE conjuntamente ao que prevê o art. 53, parágrafo único, da LRE
128	29/07/2020	8º RMA
132	04/08/2020	Publicação do edital do art. 7º, §2º, da LRE ("edital do AJ")
132	04/08/2020	Publicação do edital do art. 53, parágrafo único, da LRE ("edital do plano")
	14/08/2020	Fim do prazo para apresentação de Impugnação de Crédito
133	05/08/2020	Objecção ao PRJ apresentada pelo Banco Bradesco S.A.
135	24/08/2020	9º RMA
136	24/08/2020	Objecção ao PRJ apresentada pelo credor Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.





	03/09/2020	Fim do prazo para apresentar objeção ao plano de recuperação judicial
138	24/09/2020	10º RMA
139	24/09/2020	Despacho determinando a intimação da Recuperanda e posteriormente da AJ para manifestarem-se acerca das objeções ao PRJ apresentadas
146	23/10/2020	Petição da Recuperanda impugnando as objeções ao PRJ apresentadas
149	27/10/2020	11º RMA
152	06/11/2020	Parecer do Ministério Público requerendo a destituição dos administradores da empresa recuperanda, bem como a convocação da Assembleia Geral de Credores
155	06/11/2020	Decisão deliberando pela destituição dos administradores da empresa Recuperanda, bem como determinando a convocação da Assembleia Geral de Credores
167	16/11/2020	Embargos de Declaração opostos pela Recuperanda contra a decisão de seq. 155, com pedido de manutenção dos administradores
169	16/11/2020	Decisão que rejeitou os Embargos de Declaração apostos ao seq. 167
173	18/11/2020	Manifestação da AJ acerca das objeções ao plano de recuperação judicial apresentadas, bem como requerendo a convocação da AGC a ser realizada na modalidade virtual, através da plataforma ASSEMBLEX, sugerindo como datas os dias 10/12/2020, em 1ª Convocação, e 17/12/2020, na eventualidade de uma 2ª Convocação, ambas às 14:00 horas.
177	20/11/2020	Decisão determinando que a Recuperanda realize o pagamento dos custos operacionais para realização da AGC, bem como que se publique o edital convocatório a que se refere o art. 36 da LRE
201	24/11/2020	Disponibilização do edital do art. 36, da LRE ("edital da AGC")
210	26/11/2020	Petição da Recuperanda requerendo que a AGC seja reagendada, aduzindo (i) ser incompatível com a realidade de empresa as custas para realização da AGC através da plataforma ASSEMBLEX; (ii) pela impossibilidade de se cumprir o disposto no art. 36, da Lei 11.101/2005, acerca da publicação em jornal e afixação do edital convocatório da AGC, diante do exíguo prazo entre a convocação e a data de realização da assembleia; (iii) os credores trabalhistas ainda pendem de intimação e habilitação neste feito
217	27/11/2020	Manifestação da AJ na qual (i) informou que fora interposto Agravo de Instrumento de nº 0070903-44.2020.8.16.0000, em face da decisão de seq. 155, no tocante à destituição dos administradores da Recuperanda, no qual foi deferido efeito suspensivo; (ii) comprovou a afixação do edital de convocação da AGC na sede da Recuperanda e a publicação em jornal local; (iii) noticiou que a empresa ASSEMBLEX reduzira os custos para realização da AGC; e por fim (iv) destacou que não há credores trabalhistas relacionados no presente feito.
218	27/11/2020	Decisão homologando o valor indicado pela AJ ao seq. 217, para realização da AGC e deliberando pelo não acolhimento da insurgência da Recuperanda de seq. 210
221	28/11/2020	12º RMA





238	0/12/2020	Parecer do Ministério Público requerendo a intimação pessoal dos representantes legais da devedora para que apresentem as contas demonstrativas mensais
253	10/12/2020	Ata da Assembleia Geral de Credores em que foi deliberada a suspensão dos trabalhos pelo prazo de 60 dias corridos
259	16/12/2020	13º RMA
261	06/01/2021	Manifestação da Procuradoria da Fazenda Nacional quanto a existência de débitos inscritos em dívida ativa
262	26/01/2021	14º RMA
264	01/02/2021	Apresentação de modificativo ao PRJ pela Recuperanda
266	08/02/2021	Petição da IMAVEN IMÓVEIS LTDA apontando objeção ao modificativo ao PRJ de seq. 264, especificamente quanto às disposições relativas ao contrato de locação do imóvel onde está situado o posto
268	10/02/2021	Ata da continuação da 1ª Convocação da Assembleia Geral de Credores, em que houve aprovação do modificativo consolidado apresentado no seq. 264
273	22/02/2021	Petição da IMAVEN IMÓVEIS LTDA requerendo a reconsideração da decisão que garantiu à Recuperanda sua manutenção na posse do imóvel onde está situado o posto
276	25/02/2021	15º RMA
283	12/03/2021	Controle de legalidade do plano de recuperação judicial realizado pela Administradora Judicial
284	12/03/2021	Manifestação da AJ sugerindo a designação de audiência virtual entre a Recuperanda e a IMAVEN IMÓVEIS LTDA, a fim de se tentar uma composição amigável entre as partes, no que diz respeito à locação do imóvel em que a Recuperanda exerce suas atividades
288	24/03/2021	16º RMA
290	01/04/2021	Parecer do Ministério Público realizando controle de legalidade do PRJ
293	07/04/2021	Decisão de homologação do PRJ e concessão da Recuperação Judicial
304	09/04/2021	Petição do ESTADO DO PARANÁ requerendo a efetivação do parcelamento do débito tributário estadual previsto no PRJ
306	14/04/2021	Embargos de Declaração opostos por IMAVEN IMÓVEIS LTDA face a decisão de seq. 293
308	15/04/2021	Decisão que rejeitou os Embargos de Declaração opostos ao seq. 306
329	22/04/2021	Apresentação pelas Recuperandas de suas contas mensais
335	27/04/2021	17º RMA
336	11/05/2021	Agravo de Instrumento interposto por IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A. face a decisão de seq. 269
340	12/05/2021	Agravo de Instrumento interposto pela UNIÃO – FAZENDA NACIONAL contra decisão de seq. 269
345	18/05/2021	Decisão proferida no recurso de Agravo de Instrumento nº 0028312-33.2021.8.16.0000, suspendendo os efeitos da decisão de concessão da RJ
347	25/05/2021	18º RMA





368	23/06/2021	19º RMA
386	29/07/2021	20º RMA
387	03/08/2021	Juntada de comprovante de pagamento encaminhados pelas Recuperandas
392	30/08/2021	21º RMA
393	28/09/2021	22º RMA
396	29/10/2021	23º RMA
398	24/11/2021	Petição do credor ROSILTO JUNIOR BUENO TRANJAN informando supostas condutas irregulares e abusivas que devem ser apuradas no presente feito
400	30/11/2021	24º RMA
402	17/12/2021	25º RMA
404	31/01/2021	26º RMA
406	25/02/2022	27º RMA
409	30/03/2022	28º RMA
414	11/01/2022	Petição da IPIRANGA PRODUTOS DE PRETÓLEO S.A. requerendo o prosseguimento do feito
415	18/04/2022	Petição da Recuperanda informando que irá encaminhar seus dados contábeis diretamente à AJ
417	29/04/2022	29º RMA
423	05/05/2022	Manifestação da AJ requerendo a intimação das Recuperandas para que apresentem as certidões determinadas pelo art. 57 da Lei 11.101/2005; sobre o pagamento dos alugueis de sua sede apresentando elementos concretos à solução do referido passivo, e sobre as petições de seq. 398 e 399
428	19/05/2022	Petição da IPIRANGA PRODUTOS DE PRETÓLEO S.A. reiterando os termos de sua manifestação de seq. 414
430	27/05/2022	Decisão determinando que as Recuperandas as certidões elencadas no art. 57 da Lei 11.101/2005

EVENTOS FUTUROS

07/04/2023	Fim do prazo de fiscalização
------------	------------------------------

5 ATIVIDADES REALIZADAS PELA AJ

As atividades desenvolvidas pela AJ no período foram:

- Vistoria realizada na data de 11/05/2022, na sede da Recuperanda, localizada na Avenida Mandacaru, n. 935, na cidade de Maringá/PR, quando realizou-se reunião com o gerente da





empresa, Sr. Luciano dos Santos Valério, para coleta das informações que subsidiam este relatório.

6 INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

A Administradora Judicial realizou vistoria na sede da Recuperanda, na data de 11/05/2022, com fins de averiguar o andamento das atividades no local, quando pode constatar que a empresa estava em normal funcionamento, e que estavam sendo realizadas obras de melhoria no entorno da loja de conveniência, conforme atestam as fotos que acompanham este relatório. Havia clientes abastecendo, e na loja de conveniência estava um funcionário operando enquanto outro laborava no setor administrativo, sendo fornecido o inventário de estoque de combustíveis da data, também em anexo.

Na oportunidade, foi realizada reunião, com o gerente geral do local, Sr. Luciano dos Santos Valério, a fim de obter informações atualizadas sobre a operação da empresa.

Questionado sobre o volume de vendas de combustível obtido em abril/2022, foi entregue a AJ o relatório analítico das vendas, conforme segue em anexo ao presente relatório.

A partir disso, explicou o gerente que houve queda nas vendas no mês de abril/2022, que ocorreu especialmente pela existência de 02 feriados no mês, somado ao fato de que o posto permaneceu fechado por 03 dias, em razão de tempestade que afetou a distribuição de energia elétrica na cidade de Maringá, quando o estabelecimento da Recuperanda também ficou sem energia no período.

Também sinalizou que outro fato que contribui para a diminuição da demanda é a volatilidade no preço dos combustíveis, sendo perceptível que o consumidor tem abastecido menos, ressaltando, no entanto, que embora o preço do diesel esteja em constante alta, este é o item menos representativo em seu volume de vendas.

Dando sequência, explicou que a empresa tem adquirido combustível das fornecedoras ALPES DISTRIBUIDORA, PETROALCOOL DISTRIBUIDORA e ART PETRO. Os pagamentos são realizados a vista, ressaltando que para um ou outro é concedido prazo de 7, 10 ou 12 dias para pagamento, de modo que no geral não está acumulando dívida extraconcursal.

Para além disso, indagado a respeito do parcelamento da dívida fiscal, atestou que a empresa de consultoria contratada irá formalizar o pedido perante a PGFN.

Ao fim, a Administradora Judicial questionou o gerente da Recuperanda sobre a Ação de Despejo movida pela IMAVEN, bem como quanto aos alugueis em atraso. À vista disso, Sr. Luciano declarou novamente que irá realizar perícia técnica no processo, a fim de que o valor do locatício seja adequado aos valores praticados no mercado. Ademais, afirmou que tem ciência da necessidade de garantir e/ou solucionar os alugueis vencidos, sendo uma das vias o depósito judicial, declarando que novamente irá tentar contato com a IMAVEN.





6.1. RELAÇÃO DE FUNCIONÁRIOS

No ato da reunião realizada na data de 11/05/2022, foi informado pelo gerente da Recuperanda que a empresa continua empregando 12 colaboradores. Afirmou que os salários estão sendo pagos em dia, assim como os depósitos fundiários.

7 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS

A Recuperanda, mesmo após solicitação da Administradora Judicial pelo e-mail cuja cópia segue em anexo, não encaminhou a documentação necessária à análise financeira neste mês, restando a mesma prejudicada. Ressalta-se que faltam ser entregues também os documentos referentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2022.

